

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAHU - SP

PROCESSO Nº 0300009172/2025-PG-3

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 259/2025

ALLMA MOTOR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 25.240.778/0001-07, com sede na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1631, Parque Industrial Lagoinha, CEP. 14.095-000, neste ato legalmente por seu representante legal abaixo assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com base no art. 34 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e item 19.3 do Edital, formular a presente **IMPUGNAÇÃO** às disposições do instrumento convocatório, aduzindo, para tanto, as razões fáticas e jurídicas adiante expostas.

1. TEMPESTIVIDADE.

Conforme fixado no art. 34 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e item 19.3 do Edital, a impugnação deverá ser ofertada no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas. No caso, a data limite estipulada para o recebimento das propostas é o dia **11 de dezembro de 2025** e fixa o dia **05 de dezembro de 2025** como limite para apresentação da presente peça. Portanto, apresentada nesta data, inconteste é a tempestividade das presentes razões.

2. DA LICITAÇÃO.

Esse Município, por intermédio do Sr. Pregoeiro, lançou o Edital como seguinte objeto:

2.1 DO OBJETO

2.1.1 AQUISIÇÃO DE 2 (DOIS) VEÍCULOS DE SETE LUGARES PARA USO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAHU., de acordo com as especificações constantes no Edital, Termo de Referência e demais anexos.

Desta forma, apresenta-se a presente impugnação, conforme segue, visando o saneamento do processo licitatório.

3. DA RESTRIÇÃO À COMPETIÇÃO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS SEM FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA

Como primeiro ponto impugnado, tem-se que, da análise das especificações técnicas estipuladas para o veículo em disputa, revela-se a presença de exigências que têm o único efeito de restringir a competição, sem qualquer justificativa:

3.1 TERMO DE REFERÊNCIA

Consta no termo de referência do Item 1 (veículo novo- zero km): **“transmissão mecânica” e “tanque de combustível para no mínimo 50 litros”**.

4. DOS INDÍCIOS DE DIRECIONAMENTO

Constatou-se que, no instrumento licitatório, foram inseridas especificações que limitam o objeto licitado a **marca/fornecedores específicos**. Nesse sentido, foi identificado o seguinte **indício de direcionamento**:

- No item 1, referente à aquisição de **veículo novo- zero km**, constata-se a exigência de requisitos específicos e taxativos, como: **“transmissão mecânica” e “tanque de combustível para no mínimo 50 litros”**.

sem que fosse identificada a respectiva **justificativa técnica**, que, uma vez analisados, **na faixa de preço de R\$ 150.000,00, somente pode ser atendido pelo veículo Chevrolet Spin 1.8**.

O direcionamento de marcas pode dificultar a participação de marcas/modelos similares, uma vez que não se sabe os parâmetros que seriam aceitáveis para que outros produtos possam ser aceitos como similares, resultando em potencial prejuízo à competitividade do certame.

Como se sabe, a escolha da marca em certames licitatórios é a exceção, ficando condicionada à presença de justificativas técnicas, conforme a **Súmula nº 270 do TCU e arestos consolidados da Corte de Contas da União**.

No entanto, **não identificamos no edital quaisquer justificativas técnicas ou de padronização que amparem escolha de marca e modelo**.

Quanto a isso, necessário destacar que a licitação se destina a garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração**,

sendo vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, ou que estabeleçam qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato (**art. 9º, I, da Lei nº 14.133/2021**).

No mesmo sentido, a **Súmula nº 177, do TCU**, abordando a problemática da especificação excessiva, estabelece que a definição do objeto deve ser precisa e suficiente, com especificações mínimas e essenciais, **devendo-se justificar e fundamentar tecnicamente quaisquer especificações ou condições que restrinjam o universo de possíveis fornecedores do bem a ser adquirido ou prestadores do serviço objeto do certame**.

Ademais, é cediço que não raras vezes há órgãos promotores de licitação tentando se escudar em alegações evasivas no sentido de que o descritivo do edital é imutável sobretudo porque passou pelo crivo de órgão conveniente da esfera estadual ou federal.

Ressalta-se que este tipo de entendimento não encontra supedâneo legal. Para tanto passamos a analisar o caso sob a égide da lei.

A Lei Federal 14.133/2021, assim predispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, **da igualdade**, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, **da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade**, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição:

Disso deflui que o alicerce da licitação é garantir o tratamento isonômico e a justa competição entre licitantes, especialmente porque ao final isto implicará na obtenção da proposta mais vantajosa para o ente licitador.

Com efeito, na contramão desses princípios está o direcionamento da licitação, e, portanto, trata-se de uma prática censurada pela lei e pela jurisprudência mais abalizada. Vejamos:

Processo

AC 20110601679 Curitibanos 2011.060167-9

Órgão Julgador

Quarta Câmara de Direito Público

Data de julgamento

21/11/2013

Relator

Sônia Maria Schmitz

Apelação Cível n. 2011.060167-9, de Curitibanos

Relator: Des. Sônia Maria Schmitz

ADMINISTRATIVO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. ATOS DE DIRECIONAMENTO DE LICITAÇÃO. IMPROBIDADE.

A prática de atos que importem em direcionamento da licitação, ainda que não alcancem êxito por fatores exógenos, configura a prática de improbidade administrativa, impondo, por conseguinte, a aplicação da pena apropriada.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n. 2011.060167-9, da comarca

de Curitibanos (2ª Vara Cível), em que é apelante Ministério Público do Estado de Santa Catarina, e apelado Wanderley Teodoro Agostini e outros:

A Quarta Câmara de Direito Público decidiu, por votação unânime, conhecer e prover parcialmente a apelação. Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, realizado no dia 21 de novembro de 2013, os Exmos. Srs. Des. José Volpato de Souza (Presidente) e Jaime Ramos.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2013.

Sônia Maria Schmitz

Relatora

RELATÓRIO

O Representante do Ministério Público de Santa Catarina ajuizou ação civil pública em face de Wanderley Teodoro Agostini, Edson Brocardo e Adailton Alves, objetivando a condenação dos réus nas penas do art. 12, II, da Lei n. 8.429/92 ou, sucessivamente, nas previstas no art. 12, III, da mesma lei. Para tanto, narrou que, em 23.11.2009, os réus, por deliberação conjunta, tornaram público o Edital de Pregão Presencial n. 155/2009 para aquisição de veículo zero quilometro, mediante exigências que direcionavam a aquisição do carro Ford/Fusion,

tendo, por essa razão, após impetração do mandado de segurança n. 022.09.011230-1, sido concedida liminar para suspender o certame e, na sequência, anulado o procedimento licitatório pelo Município. Sustentou que foi lançado novo Edital de Pregão, sob o n. 174/2009, que, mesmo apresentando exigências mais flexíveis, também conduziam para a compra do veículo Ford/Fusion. Alegou, ainda, que a intenção de se burlar a concorrência restou confirmada com a desclassificação da concorrente Auto Elite, revendedora da Volkswagen. Após demais

considerações de fato e de direito pugnou pela procedência do pedido (fls. 01-25). (.....)

Não há dúvidas de que o direcionamento da licitação pode implicar em ato de **improbidade administrativa**, e, portanto, para evitar eventuais ações civis públicas em desfavor desse órgão promotor da licitação e da respectiva serventia, recomenda-se que sejam escoimados quaisquer indícios da referida prática.

Neste sentido, se o descritivo do edital está direcionado tem-se uma ilegalidade, a qual não resta afastada mesmo se um órgão de administração de outro ente da federação assim condicionar.

A Lei Federal 14.133/2021, assim predispõe:

Art. 9º **É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos,** ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório.

inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) **sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;**

Perceba que a lei é bem clara no sentido de que é vedado ao agente público, admitir, prever, incluir ou tolerar, situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, ou que sejam impertinentes ou irrelevante para o objeto específico do contrato.

Este raciocínio somente pode comportar exceções que estejam previstas em lei estrito senso, e registre-se que referida lei deverá ser uma lei ordinária tramitada no devido processo legislativo do Congresso Nacional.

Portanto, não prospera a alegação de que a licitação deva ser promovida com o **descritivo supostamente elaborado ou aprovado por um órgão conveniente da esfera estadual ou federal**, notadamente porque o convênio não é lei promulgada pelo órgão legislativo do governo federal.

Neste caso o ideal é que o ente promotor da licitação corrija o descritivo e solicite o aceite do órgão conveniente ou em último caso se reserve no direito de não realizar a licitação, porque conforme minudenciada acima, **a lei de licitação proíbe a prática de ilegalidades**.

5. DAS SOLICITAÇÕES

5.1 Diante do exposto, requeremos:

5.1.1 A INCLUSÃO no descritivo do item 1 de “transmissão mecânica **ou automática” e “tanque de combustível para no mínimo **47 litros**”, como forma de restaurar a ordem e legalidade ao presente certame, contemplando o preceito de competitividade e saneamento de eventuais vícios que possam ser apontados aos órgãos de controle, **resultando em imputação de improbidade e demais atos punitivos aos condutores do processo administrativo.****

5.2 A publicação de novo Edital, assegurando a ampla competitividade e respeito aos princípios licitatórios.

Allma |



Nestes termos, pede deferimento.

Ribeirão Preto, 01 de dezembro de 2025.

ALLMA MOTOR COMERCIO DE VEICULOS LTDA
ALESSANDRO TONIELLO
ADMINISTRADOR
RG 172013987 SSP / SP
CPF 104.651.418-03